



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA**

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 30 DE ABRIL DE 2013**

**NÚMERO 2**

**INICIO 21.00 HORAS**

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 2013** -----

**N.º. 02/2013** -----

Aos trinta dias do mês de abril do ano de dois mil e treze, na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Município de Constância, reuniu a Assembleia Municipal de Constância, a qual foi convocada por Edital número oito barra dois mil e treze, de quinze de abril de dois mil e treze, tendo comparecido os seguintes vogais: - António Manuel dos Santos Mendes, Arsénio Oliveira Cristóvão, Maria do Rosário Costa Martins, Marco Paulo Coutinho Gomes, Isabel Maria Farinha Albino da Costa, Paulo Manuel Farinha Varino, Virgílio Manuel Rosa André, Carlos Manuel Marques Alves, Rui Manuel Ferreira, Mário Rodrigues Pereira, Sónia Cristina Marques Varino, Filipa Alexandra Rosa Amante Ferreira, Rogério Paulo de Sousa Palácio, João Carlos Baião da Silva, Jorge Manuel Louro Pereira, António José Calado Martins Pinheiro. -----

Faltaram a esta sessão: António Manuel Morgado Louro e Hugo Filipe Neto Sebastião não tendo ambos apresentado justificação de impedimento de estarem presente na reunião. -----

Estiveram presentes os seguintes membros do Órgão Executivo do Município: - Presidente - Máximo de Jesus Afonso Ferreira; Vereadores – Maria Manuela de Oliveira Arsénio, Rui José da Silva Pires, Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim. -----

Também estiveram presentes os seguintes colaboradores da Câmara Municipal: - Jorge Heitor, Chefe da Divisão de Obras Municipais e Ambiente e Maria Adelaide Quaresma, Técnico Superior. -----

A Mesa da Assembleia Municipal que assegurou a condução dos trabalhos foi constituída da seguinte forma: Presidente – António Manuel dos Santos Mendes; Primeiro Secretário – Arsénio de Oliveira Cristóvão; Segundo Secretário – Maria do Rosário Costa Martins. -----

**ABERTURA** -----

Verificando-se a existência de quórum o Presidente da Mesa da Assembleia declarou aberta a sessão, tendo dado início aos trabalhos com o **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

**ATA DA REUNIÃO ANTERIOR** -----

O Presidente da Assembleia Municipal informou os vogais que a ata da sessão de 28.02.2013 não foi concluída a tempo de ser discutida nesta sessão, transitando para a sessão seguinte. -----

Ata da reunião realizada no dia 28.12.2012 – Foi colocada à votação para discussão, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

Não tendo havido qualquer intervenção, foi a ata colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

**OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE** -----

Durante este período foram feitas as seguintes intervenções: -----



**Vogal Isabel Costa (PS)** – Diz, que na última sessão da Assembleia Municipal questionou o Presidente da Câmara Municipal relativamente à inauguração do Borboletário, tendo sido informada, que seria no dia 22 de Abril do corrente ano, data coincidente com o aniversário do Parque Ambiental. Como não houve inauguração na data atrás referida pergunta, qual o motivo para que tal não acontecesse, e para quando essa inauguração. -----

**Presidente da Câmara Municipal** – Informa que houve um problema relativamente à potência solicitada pela autarquia à EDP, obrigando a fazer novo pedido de baixada. Com a requisição do novo pedido e com o atraso da EDP na realização da baixada, fez com que a data inicialmente prevista não pudesse ser cumprida, ficando o dia Mundial do Ambiente, 5 de Junho 2013, como a data escolhida para inaugurar o Borboletário. -----

Seguidamente foi apresentada pela Bancada da CDU através do vogal Rogério Palácio, uma Moção com o título: *“Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados no Concelho de Constância.”*-----

*“Na sequência do processo de reestruturação da prestação de cuidados de saúde no concelho de Constância em geral e na freguesia de Montalvo em particular, esta Assembleia Municipal ao longo dos últimos anos tem vindo a fazer alertas, solicitações, protestos e sempre a disponibilizar-se para que em conjunto se encontre as melhores soluções para a prestação dos cuidados de saúde dos Municípios. -----*

*Não vamos fazer um resumo do histórico recente, apenas sublinhamos que a generalidade dos documentos aqui produzidos e relativos ao assunto, sob a forma de intervenção ou moção, têm obtidos a unanimidade de todas as forças políticas aqui representadas. Sendo este grupo de Eleitos Locais os legítimos representantes daqueles que os elegeram, podemos sem qualquer imodéstia, afirmar que os assuntos aqui explanados e diligências tomadas são o espelho das necessidades e ambições de todos os municípios. -----*

*Não obstante as diligências anteriormente referidas, a população do concelho e neste caso particular a de Montalvo, sentindo-se lesada no atendimento à satisfação das suas mais elementares necessidades de prestação de cuidados de saúde, efetuou reclamação junto dos serviços competentes.-----*

*Não podem deixar de estar em sintonia com aqueles que se sentem cada vez mais prejudicados, pelo facto de por opção ou contexto terem decidido viver nesta região. Neste sentido, tivemos conhecimento da resposta proferida pela Ex.ª Sr.ª Diretora Executiva do ACES Médio Tejo às reclamações acima referidas.-----*

*Esta resposta, bastante clara nas suas convicções, como seja a determinação em encerrar a extensão de saúde de Montalvo, no que a consultas médicas diz respeito, bem como de transferir para os próprios a responsabilidade dos cerca de 1300 utentes de Montalvo, terem ou não consultas médicas,*



ao afirmar que (...) para que tal aconteça os utentes dessa Extensão deverão inscrever-se no Centro de Saúde de Constância (...).

Contudo a clareza da resposta compreende aspetos e subtilzas que necessitam ser desobscurecidos. Quando a Sr.ª Diretora Executiva do ACES Médio Tejo refere: “ (...) comunicamos a V.ª Ex.ª que passarão a estar garantidas consultas médicas a todos os utentes nos 15 dias seguintes à data do pedido, (...), indagamos o que a Sr.ª Diretora Executiva considera os 15 dias seguintes? Serão dias úteis? A que tipo de consultas se refere? Com o seu médico de família ou consultas de recurso? A quem e como deverão os utentes manifestar o seu pedido de consulta?-----

Quando a Sr.ª Diretora Executiva do ACES Médio Tejo refere: “ (...) O Centro de saúde de Constância será a sede da Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados (UCSP), na qual três médicos passarão a prestar cuidados de saúde aos utentes do C.S. de Constância, Extensão de Saúde de Montalvo e de Santa Margarida; (...), o que pretende dizer? Que todos os utentes do Concelho de Constância terá de passar a ter consultas médicas na sede da Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados, em Constância? Que com a brevidade que a Sr.ª Diretora Executiva do ACES Médio Tejo, entender, os utentes de Santa Margarida terão também de se deslocar à sede da UCSP, onde os três médicos igualmente os aguardarão?-----

Se forem estas as intenções protagonizadas no Cargo da Sr.ª Diretora Executiva, então esta terá de substituir em futuras reclamações os 3,5km utilizados quando se refere a Montalvo, por cerca de 15km, medidos com o conforto das novas tecnologias, num qualquer gabinete de gestão ou de consultas médicas, sem atender às características da população, vicissitudes geográficas e ausência de transportes públicos, entre outros constrangimentos.-----

Assim e em conformidade com a missão das Unidades de Cuidados Saúde Personalizados, que à luz do disposto no artigo 10º do DL 28/2008, compete prestar cuidados personalizados, garantindo a acessibilidade, a continuidade e a globalidade dos mesmos à população inscrita de uma determinada área geográfica, então afirmam que esta não está a cumprir a sua missão.-----

Sublinhamos que no enquadramento legal das Unidades de Cuidados Saúde Personalizados, consta que “As pequenas extensões de saúde, com 1 a 2 médicos, deverão integrar uma UCSP, rentabilizando-se por esta via a gestão e os recursos (por exemplo, substituições em férias ou doença). Não encontramos qualquer referência a supressão de Extensões de Saúde. -----

Por tudo isto, a Assembleia Municipal de Constância reunida em 30 de abril de 2013 opõe-se a qualquer processo de concentração de consultas médicas no Centro de Saúde de Constância, por supressão das respetivas extensões de saúde e solicita o envio desta moção ao Senhor Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde, Grupos Parlamentares do PSD, PS, CDS, PCP, BE e Verdes,



Senhor Presidente do Conselho Diretivo da ARS, Senhora Coordenadora Executiva do ACES Médio Tejo e órgão de informação.” -----

Colocada a moção à votação para discussão, foi aprovada por unanimidade. -----

Intervenções: -----

**Vogal Marco Gomes (PS)** – Perguntou ao Vogal Rogério como é que teve acesso à resposta da diretora executiva do Centro de saúde, uma vez que, e à semelhança daquilo que já vem alertando noutras sessões da Assembleia Municipal, a bancada da CDU, mais uma vez sai privilegiada em relação à bancada do PS no acesso à informação. -----

**Vogal Rogério Palácio (CDU)** – Informa, que teve acesso à resposta da diretora executiva do ACES Médio Tejo, Dr.<sup>a</sup> Sofia de Arriaga, através do ofício que a mesma enviou aos reclamantes de Montalvo que entenderam fazê-lo, tendo sido abordado por um cidadão da freguesia atrás mencionada, solicitando-lhe que fosse o porta-voz da insatisfação demonstrada na reclamação feita. Por razões de anonimato riscou o nome mencionado no documento que tem na sua posse. -----

**Presidente da Assembleia Municipal** – Diz que face ao que ouviu, conclui que houve um grupo de cidadãos de Montalvo que enviaram um texto a manifestar a sua discordância relativamente aos cuidados de saúde no posto médico daquela freguesia, havendo porventura, nesse grupo de cidadãos um primeiro subscritor a quem foi dirigida a resposta, ou não foi assim? -----

**Vogal Rui Ferreira (CDU)** – Informa que houve uma reclamação coletiva apresentada de forma individual pelos cidadãos, tendo todos recebido a mesma resposta. -----

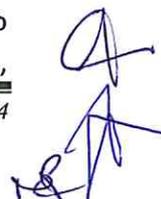
**Presidente da Junta de Freguesia de Montalvo** – Informa que na sequência de um protesto feito pelos utentes do posto médico de Montalvo, nos três livros de reclamações disponíveis, tiveram direito a resposta da diretora do ACES. Diz ainda, que face a se terem esgotado os livros de reclamações, foi feita a mesma reclamação numa folha A4, não tendo esses subscritores recebido qualquer resposta. -----

**Vogal Marco Gomes (PS)** – Diz que colocou a questão, por considerar que a moção agora apresentada fosse a resposta à moção anteriormente aprovada nesta Assembleia Municipal servindo como reforço à preocupação anteriormente manifestada. -----

**Vogal Carlos Alves (PS)** – Diz que independentemente daquilo que foi apresentado pelo vogal Rogério Palácio, a análise que faz, é de que o circuito utilizado neste processo não tem sido o mais correto, pois no seu entender, as preocupações manifestadas no documento, teriam maior impacto se fossem apresentadas pela Câmara Municipal e Junta de Freguesia, não lhe parecendo também, que o conteúdo do documento agora apresentado tenha algo de moção, parecendo-lhe isso sim, um rol de preocupações que também partilha. -----

Findas as intervenções, foi a moção colocada a votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

**Vogal Isabel Costa (PS)** – Fez uma abordagem às Festas de Nossa Senhora da Boa Viagem, afirmando que no final de sábado, as tasquinhas das coletividades do Grupo Aldeense, dos Escuteiros e da JICA,



bem como, o artesanato e os doces e sabores instalados no Parque de campismo tiveram que ser retiradas devido às cheias. Face ao que acaba de expor, pergunta se houve um levantamento dos custos que estas entidades tiveram que suportar, tendo em conta o facto de terem que ser retiradas do local impossibilitando-as de realizar receita. Tendo em atenção que durante a semana que antecedeu as festas houve uma precipitação de chuva anormal para a época, levando a que as barragens mais tarde ou mais cedo tivessem que proceder a descargas pergunta, se perante o cenário descrito, a autarquia não tinha previsto um plano B visando reinstalar noutros locais as coletividades e entidades atingidas pelas cheias, para que prosseguissem com o que estava inicialmente previsto e não ocorressem eventuais prejuízos. -----

**Presidente da Câmara Municipal** – Relativamente a esses prejuízos não os conhece. Houve uma conversa com as coletividades, com as associações, que foram prejudicadas diretamente, não tendo sido colocado esse problema. Todos foram sensíveis, reconhecendo que se tratou de uma situação imprevista existindo, no entanto, disponibilidade da autarquia para que noutras ocasiões, e eventualmente elas vão ser repetidas, os prejuízos sejam minorados. Diz que não houve uma quantificação dos prejuízos por parte da autarquia, achando que cada coletividade terá uma noção dos prejuízos que o investimento feito nos produtos adquiridos e não movimentados causaram, solicitando à vereadora Júlia Amorim, caso assim o entenda, que complemente os esclarecimentos dados. -----

Salienta, que de facto é fácil opinar depois das coisas acontecerem, no entanto está de consciência tranquila, pois o executivo esteve em permanente contacto com a proteção civil e o comandante dos bombeiros locais, assim como foi recebendo com alguma frequência informação do CDOS sobre a evolução dos acontecimentos, nunca imaginando, face à informação disponível, que os caudais dos rios viessem a atingirem cotas tão altas e de forma tão rápida. -----

**Vogal Isabel Costa (PS)** – Diz que face ao que acabou de ouvir do presidente da Câmara Municipal, nunca foi equacionado um local alternativo para instalar as entidades atingidas pelas cheias. -----

**Vogal Carlos Alves (PS)** – Diz que o que se passou nas Festas de Constância, relacionado com aquilo que a sua colega de bancada acabou de transmitir, é a realidade, e não se pode fugir às realidades, tem que se ser sério, aprender com os erros e não comete-los mais do que uma vez, errar é humano, mas errar mais do que uma vez já pode ser outra coisa. -----

**Vogal Rui Ferreira (CDU)** – Informa que teria sido muito benéfico para o município, para as festas e para as associações, que os elementos do PS que intervieram sobre este assunto, tivessem chamado à atenção para esse facto, porque vir à posterior falar de acontecimentos que já tinham previsto acontecer, pode considerar-se desonestidade. Lembra que ao meio dia de sábado, o comandante dos bombeiros de Constância, que estava em permanente contacto com o CDOS, informou-o que não ia haver qualquer problema, no entanto, a bancada do PS por aquilo que afirmou nesta Assembleia sabe mais que os organismos oficiais que supra - entendem nesta matéria, avançando com previsões impensáveis de acontecer. -----

**Vogal Isabel Costa (PS)** – Informa que o que foi referido por ela e pelo vogal Carlos Alves, não tem nada a ver com previsões, porque não são bruxos, não previram nada, nem estavam a falar da reação



que houve do executivo perante a informação dada pela proteção civil. Aquilo que pôs em causa foi não haver um plano alternativo, para que no momento que tiveram de ser levantadas as tasquinhas e o artesanato se pudesse instalar noutra local as mesmas, tendo havido a possibilidade de se elaborar o plano B com alguma antecedência. -----

**Vogal Marco Gomes (PS)** – Diz que o vogal Rui Ferreira quando esteve no executivo camarário teve a responsabilidade da proteção civil deste concelho, lamentando por isso que tenha feito as afirmações que fez sem equacionar que existe um gabinete de proteção civil, preferindo falar nos bombeiros, como se os mesmos tivessem a função de regular o caudal dos rios. Quando diz que a bancada do PS devia ter intervindo, lembra que existe uma comissão de proteção civil que no caso de uma situação de exceção, pode ser consultada pelo presidente da autarquia nas áreas que entenda, procedimento que o presidente da Câmara Municipal não teve, preferindo ouvir outras pessoas e organismos. -----

**Presidente da Câmara Municipal** – Interroga-se se valerá a pena continuar a insistir neste tema, depois de ouvir tantos disparates, porque em 1.º lugar, o Presidente da Câmara fez aquilo que tinha de fazer, esteve ligado ao CDOS falando várias vezes com o 1.º Comandante dos Bombeiros, ficando absolutamente descansado, porque acredita na competência do 1.º Comandante. -----  
Relativamente às outras opiniões, entende que as pessoas não vindo à festa, não têm a noção da dimensão das tendas nem tão pouco o tempo que se demora a desmontá-las e voltar a montá-las. ---

**Vogal Rui Ferreira (CDU)** – Diz que está de acordo com aquilo que o presidente da autarquia acabou de afirmar, focando a existência, por parte dos vogais do PS, de uma total noção da realidade, do que é mudar-se uma tasquinha, a montagem e desmontagem de máquinas de cerveja, de fogões de esquentadores, etc.... -----

**Vogal Marco Gomes (PS)** – Informa que não gostaria de voltar ao tema em discussão, mas depois de ouvir o presidente da Câmara Municipal classificar de disparates a opinião das pessoas, considera grave e lamentável, recordando que vive no concelho de Constância há 40 anos e sempre que houve as festas do concelho esteve presente, o mesmo não se aplica ao presidente da autarquia que só quando voltou ao concelho, há cerca de 4 anos, é que possivelmente frequentou as festas. Termina dizendo que não admite que o presidente do executivo camarário classifique de disparates a opinião dos outros. -----

**Vogal Isabel Costa (PS)** – Informa que como a desmontagem das tasquinhas ocorreu no sábado, e considerando que as festas terminaram na 2.ª feira à noite, havia muito tempo para se servirem almoços e jantares, estando fora de hipótese servirem-se jantares no sábado. -----

Concluído o período antes da ordem do dia, o Presidente da Assembleia Municipal submeteu à aprovação dos Vogais a **ORDEM DO DIA**, tendo a mesma sido **aprovada por unanimidade**, ficando a mesma constituída da seguinte forma: -----

1. Período reservado à **intervenção do público**; -----
2. Análise, discussão e eventual aprovação dos **DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS** relativos ao ano de 2012, definidos no n.º 2 das Considerações Técnicas do POCAL; -----



3. Apreciação de **INFORMAÇÃO ESCRITA** apresentada pelo Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 53º. Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----
4. Outros assuntos de interesse. -----

## ORDEM DO DIA -----

### 1 – PERÍODO RESERVADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

Não houve intervenções do público. -----

2 – Análise, discussão e eventual aprovação dos **DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS** relativos ao ano de 2012, definidos no n.º 2 das Considerações Técnicas do POCAL -----

**Presidente da Assembleia Municipal** - Perguntou aos presentes quem pretendia intervir. -----

**Vogal Isabel Costa (PS)** – Começa a intervenção perguntando ao presidente da Câmara Municipal se a empresa Pocalentejo acompanhou/elaborou o documento de prestação de contas, pois verifica que existem muitas incorreções e explicações confusas, fazendo-lhe um pouco de espécie, no ano em que a autarquia recorreu a uma empresa de trabalhos especializados nesta área, verificarem-se tantos erros, que a seguir se enumeram: Assim, na página 29, quando é feita a análise da despesa corrente, a coluna que mostra a diferença dos valores de 2012 para 2011, facilmente se vê que os encargos com instalações de 2011 para 2012 há um aumento, passa de 289.986,07 para 374.476,22 euros, e depois a diferença é dada como negativa como tendo havido uma diminuição. Portanto toda a coluna, os valores apresentados, não são a diferença entre 2012 e 2011 mas sim 2011 e 2010, toda a coluna vai dar a variação de 2011 para 2010 e não 2012 para 2011. -----

Depois ao longo do documento, encontram-se outras gralhas deste género. Quando é dada a variação da despesa global na pág. 24, logo a seguir ao mapa da despesa global, o comentário que é feito é de que a despesa regista um acréscimo de 2,3%, no entanto, ao fazerem-se as contas verifica-se que esta variação é de 2010 para 2011, acontecendo esta situação algumas vezes, as variações apresentadas são relativamente de 2011 para 2010 e não ao ano que Assembleia Municipal está a apreciar. -----

Verifica também existir no documento duplicações de quadros, bem como situações de variações que têm sinal mais e deviam ter sinal menos. -----

Continuando a análise ao documento, verifica que na pág. 45, quando se faz o apuramento do resultado líquido do exercício aparece por baixo uma legenda com os resultados operacionais, os resultados financeiros e os resultados correntes, sendo toda essa informação incorreta, mesmo quem não tem noções de contabilidade consegue ver que os resultados financeiros não têm nada a ver com ganhos operacionais, e que os resultados correntes não têm nada a ver com resultados financeiros e resultados líquidos não são extraordinários. Conclui a análise chamando a atenção para todo este rol de anomalias, recomendando que o documento como está, não siga para o Tribunal de Contas. -----



**Presidente da Câmara Municipal** – Informa que a empresa Pocalentejo acompanhou o documento, mas quem o fez foi a Maria Adelaide que naturalmente pode dar uma ajuda na explicação aos erros detetados. -----

**Vogal Isabel Costa** – Retomou a análise ao documento começando pela receita e a despesa, pág. 20. Nos mapas verifica que há um aumento da receita total, que acaba por ser o resultado do aumento da receita de capital como é dada na explicação na pág. 21. -----

Assim, diz que a receita de capital aumenta devido às transferências que foram efetuadas nos projetos apoiados pelo QREN, tais como; os Centros Escolares de Santa Margarida e Constância e a Ponte Metálica, ou seja, todos estes projetos que foram comparticipados estão na origem deste aumento de receita de capital, podendo ser entendido como receita extraordinária, porque é uma receita que aconteceu este ano para os projetos enumerados, e que não voltará a acontecer no futuro, tem o seu fim na realização destes projetos, entendendo-a como receita de capital e extraordinária. -----

Relativamente à receita corrente afirma que sofre uma forte diminuição, diminui 331 mil euros. A receita corrente representava 62% da receita total e passa a representar apenas 52%, sendo o motivo principal a diminuição dos impostos indiretos, e em particular com a descida do IMT, fruto da crise no sector imobiliário, sendo também o reflexo da fraca capacidade do município gerar receita própria, tendo implicações naquilo que vai analisar mais à frente, porque pela primeira vez, o que também é muito grave, se vai assistir no município a um desequilíbrio, que contraria um princípio fundamental do POCAL, em que as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes. Em 2012, na aprovação do Orçamento e as Grandes Opções do Plano, chamou a atenção para o facto da receita e da despesa correntes serem exatamente iguais não se esperando nada de bom. Aquilo que temia veio a confirmar-se neste documento, onde se verifica haver um desequilíbrio com a despesa corrente a superar a receita corrente em 25.0000,00 euros. Se fizer uma análise às contas que este município nos habituou, esta situação é grave, basta ver neste mapa na pág. 25, que desde de 2003 até agora, era sempre possível gerar poupança, esta poupança resultava da margem em que a receita corrente era superior à despesa corrente. -----

Na aquisição de serviços, particularizando depois as rubricas da despesa corrente na pág. 29, na coluna que focou anteriormente, em que os valores estavam calculados para a diferença de 2011 para 2010, coloca duas questões; Primeira, no período de 2010 para 2011 verificou-se um aumento nos “*outros trabalhos especializados*” de 93.000,00 euros, e de 2011 para 2012 verifica-se um aumento significativo de 50.691,00 euros, pergunta; A que se deve este aumento significativo de 50.691,00 em “*outros trabalhos especializados*”? -----

Segunda, verifica em publicidade um aumento que passa de 10.497,00 euros para 22.664,00 euros. Pergunta, a que se deveu este significativo aumento na publicidade? -----

Quanto à explicação dada sobre a despesa que se inclui em “*outros trabalhos especializados*”, no parágrafo da pág. 30, as empresas da hobbyvida - serviços desportivos, conseguiu verificar qual o serviço prestado no mapa da prestação de serviços, paginas 69 e 70. No entanto, houve uma que não encontrou no mapa da prestação de serviços que é a Multiartic – manutenção e serviços industriais. Pergunta qual é o serviço prestado? -----

Faz referência à página 51, limites de endividamento. Pergunta, qual foi o endividamento líquido em 2012, porque o que consta no documento é o limite de 2.258.572 euros. Pela leitura que faz ao



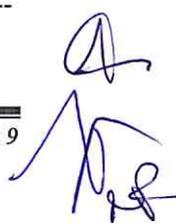
documento, verifica que o município em 2012 ultrapassou o limite de endividamento, no entanto, se for ao início da página 56, verifica que o documento revela a 31-12-2012 o valor de 2.297.000,00 euros, ultrapassando o limite de endividamento. A questão que coloca é se de facto se ultrapassou o limite de endividamento e qual é o valor. -----

Conclui a análise ao documento, afirmando que na página 62, no mapa de demonstrações de resultados, aparece um apuramento líquido negativo, revelador das dificuldades financeiras que o município sente, e possivelmente fruto duma má gestão, porque o resultado líquido do exercício negativo, obtém-se, não pelo aumento dos custos, mas sim pela diminuição dos proveitos e ganhos, só que essa diminuição de proveitos e ganhos não foi acompanhada pela redução dos custos, portanto, há uma redução dos custos mínimos e há uma redução de proveitos e ganhos muito maior, o que fez com que depois o apuramento do resultado fosse negativo. -----

**Técnica Maria Adelaide** – Acredita que pecou um pouco por fazer mapas a mais pois, verifica que esse excesso só complicou. Informa que efetivamente o mapa do endividamento líquido está na folha 54, parte final, e espelha a situação a 31/12/2012. Continua a explicação, afirmando que se for considerado o valor da dívida a curto prazo, com a dívida de curto prazo, que não entra agora nos limites do endividamento, havia uma margem negativa de 38.518,72 euros. Como o endividamento de curto prazo não entra, o valor é o que consta em baixo, o limite de médio longo prazo, sem rateio, dá uma margem positiva de 80.254,28 euros. Com inclusão do rateio, passa-se para uma margem positiva de 219.189,00 euros, não ultrapassando o limite de endividamento municipal. Aproveitou também para informar que o valor de 2.297.090,72 euros, que está mencionado na folha 56, é exatamente o total em dívida de empréstimos, menos os excecionados a 31 de dezembro. -----  
Conclui a análise ao documento, dizendo que o mapa da folha 54, é aquele que deve ser lido, uma vez que retrata a situação oficial. O quadro da folha 51 - endividamento per- capita, é um quadro que dá a informação interna, tendo valores que devem ter uma leitura interna, não sendo possível calcular a capacidade de endividamento líquido. -----

**Presidente da Câmara Municipal** – Faz referência à verba de 300.000,00 euros constante no documento, disponíveis para o Centro Escolar de Montalvo. -----  
Relativamente à questão da publicidade, a autarquia tem tido financiamento para projetos que implicam uma certa percentagem para publicidade, daí a razão para o aumento da despesa em publicidade. -----  
Quanto à Multiartic, informa que face ao não ser permitido à autarquia admitir pessoal, foi necessário recorrer-se à firma mencionada para ceder pessoal, para a resolução de situações que o pessoal da Câmara Municipal não pode realizar. -----

**Vogal Isabel Costa (PS)** – Diz que apesar de a empresa Multiartic não constar no mapa de prestação de serviços, e depois de justificada a razão para se recorrer à empresa atrás mencionada, verifica através do mapa da despesa corrente, que trabalhos realizados por mão-de-obra direta, não tiveram uma descida na despesa, que justificasse o aumento verificado nos trabalhos especializados, verificando que a ligeira diminuição das despesas com pessoal não é de maneira nenhuma compensada, pois o aumento é muito maior. -----



Conclui a análise, afirmando que no mapa de fornecimentos de prestação de serviços, encontra o fornecimento do outdoor da Astronomia no Tejo no valor de 29.347,00 euros. Pergunta, onde está refletida esta despesa? -----

**Presidente da Câmara Municipal** – Quanto ao outdoor, informa que o mesmo foi financiado por um programa comunitário através duma candidatura financiada em 85% e apresentada pela autarquia, por ser mais fácil, mas também, porque havia a possibilidade de os vencimentos dos dois técnicos que a autarquia tem no Centro de Ciência Viva fossem, durante dois anos, pagos por esse projeto, o que veio a acontecer, ou seja, os 30 e poucos mil euros que a Câmara Municipal pagou para o projeto, eram o equivalente a menos de metade daquilo que se recebeu para pagamento do referido pessoal. -----

**Vogal Isabel Costa (PS)** – Diz que numa breve análise à contabilidade de custos, na página 102, verifica que a situação é idêntica à dos anos anteriores, desde que esta informação é trazida aqui na prestação de contas, verificando que são negativos, porque todos estes equipamentos têm um valor muito significativo de amortizações. Afirma que nalguns equipamentos houve aumento de proveitos, verificando que outros, como o ginásio, diminuíram como se pode verificar na página 134, ou seja, passaram de 32.480,00 euros para 26.742,00 euros, no entanto, se o número de utilizadores diminui, numa análise linear a receita é menor, logo também será necessário menos mão-de-obra. --- Relativamente à página 126, no centro de custos do Centro de Ciência Viva, verifica um aumento de 27% em mão-de-obra direta, apesar de globalmente ter havido uma redução de custos. Compreende que estes equipamentos não são para dar lucros, são investimentos que se fazem nas áreas cultural, desportiva e científica, considerando no entanto importante, que se devem encontrar soluções, por forma a impedir que a situação se agrave ano após ano. -----

**Presidente da Câmara Municipal** – Relativamente ao Centro de Ciência Viva, informa que a autarquia em 2012 não transferiu para aquele Centro um cêntimo, o que aparece a negativo são as amortizações do património e vem também o valor dos vencimentos dos funcionários, não aparecendo a entrada de dinheiro do QREN para esse pagamento. Diz que a análise ao documento feita por um cidadão que não seja técnico da área, a conclusão que tira, é a de que foi a autarquia que pagou os vencimentos, no entanto, a Câmara Municipal recebeu o montante investido, mais o que estava no Plano e Orçamento para 2012, aprovado pelos associados, Centro Ciência Viva e Câmara Municipal de Constância, havendo como despesa suportada pela autarquia o valor dos seguros do património. -----

**Vogal Isabel Costa (PS)** – Informa que na anterior intervenção que fez se referia aos equipamentos em geral, e não concretamente ao abordado pelo presidente da Câmara Municipal. Diversas vezes nesta Assembleia a sua bancada alertou para o problema que a autarquia iria ter futuramente com as despesas de manutenção e funcionamento dos equipamentos. -----

Para terminar, diz que comparando os custos das Festas do Concelho e das Pomonas Camonianas de 2012, páginas 128 e 129, verifica-se que nas Festas do Concelho, realizadas em Abril, houve uma redução drástica, em 2011 de 280.000,00 euros para 65.000,00 euros em 2012, justificado na altura pelo executivo camarário como sendo o efeito da crise que o país estava a viver. Em Junho ocorreram as Pomonas Camonianas e o que se verifica é que a despesa em 2012 aumenta em



relação a 2011, tendo na altura a bancada do PS criticado a falta de equilíbrio evidente entre os dois eventos.-----

**Vogal Marco Gomes (PS)** – Tendo chegado à posse da bancada do PS uma cópia do relatório de avaliação de 2012 do Estatuto do Direito da Oposição, pergunta, se a discussão do relatório é integrada neste ponto da Ordem de Trabalhos, ou se de facto, por lapso, não foi colocado na O.T. ----

**Presidente da Assembleia Municipal** – Informa que o documento em causa também foi presente à Mesa, partindo de princípio que deve ser analisado no ponto seguinte. -----

A bancada do PS apresentou uma **Declaração de Voto**: *“Os eleitos do Partido Socialista, apesar de constatarem que na gerência de 2012, foi positiva, a reabertura da ponte sobre o Rio Tejo, a aposta na educação e algumas medidas tomadas na área da ação social, nomeadamente a reabertura do programa “Viver Constância”, votam contra os Documentos de Prestação de Contas de 2012, por considerarem muito grave, o facto de terem sido contrariados princípios fundamentais de equilíbrio financeiro, designadamente o princípio de que “as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes”, dado que a Despesa Corrente é superior à Receita Corrente, verificando-se um desequilíbrio de 25.341,24 €.* -----

*Em termos globais, a gerência de 2012 caracteriza-se por, uma reduzida execução de diversos projetos, inatividade de alguns equipamentos e instalações, e por uma diminuição dos proveitos e ganhos operacionais, não acompanhada pela redução dos custos da mesma natureza, o que se traduziu num resultado líquido negativo, de cerca de 314 mil euros.*-----

*Os factos acima expostos são reveladores, não só de uma má gestão de dinheiros públicos, que poderão acarretar graves consequências financeiras para o Município, mas também da falta de soluções estratégicas para o concelho de Constância, após 27 anos de gestão CDU.”*-----

Ponto dois foi aprovado por maioria, com 5 votos contra do PS. -----

### 3 - APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA E) DO N.º. 1 DO ARTIGO 53º. DA LEI N.º. 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, ALTERADA E REPUBLICADA PELA LEI Nº. 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO; -----

Foi presente a Informação Escrita apresentada pelo Presidente da Câmara Municipal tendo havido as seguintes intervenção sobre este assunto: -----

**Vogal Isabel Costa (PS)** – Relativamente à adjudicação de bens e serviços, diz que a ideia que tinha era que só vinham designadas aquelas que tinham ocorrido neste período, portanto, a ideia que a sua bancada tinha era que se tratava de uma duplicação, duvida no entanto esclarecida pelo presidente da Câmara Municipal. -----

Termina a sua intervenção apresentando como exemplo aquilo que acabou de afirmar, o constante na página 3, na rubrica *“prestação de serviços de consultoria na área financeira”* onde se pode verificar a repetição da verba de 18.000,00 euros, assim como, uma outra de 10.000,00 euros, nos meses de setembro e dezembro. Face ao exposto, pergunta se os valores mencionados foram repetidos intencionalmente, ou só vem repetido no período que é feito. O exemplo desta prestação de serviços é uma repetição do que veio em fevereiro, era para vir ou só deve vir uma vez? -----



**Presidente da Câmara Municipal** – Informa que vem repetido. -----

**Eng.º Jorge Heitor** – Diz que partilha da opinião do presidente da Câmara Municipal. -----

**Vogal Marco Gomes (PS)** – Diz que mais uma vez, o executivo camarário não cumpriu o estatuto da oposição, ao contrário daquilo que apregoa. Suporta esta afirmação no artigo 5.º n.ºs 3 e 4 da lei das autarquias locais. -----

Informa ainda, que recebeu em sua casa um ofício do presidente da Assembleia Municipal vindo do presidente da Câmara Municipal, informando que toda a documentação pedida pela bancada do PS tinha sido fornecida dentro dos prazos legais, o que não corresponde à verdade. Contesta ainda o procedimento do presidente do executivo, ao entregar aos vereadores do PS a documentação solicitada pela sua bancada, devendo a mesma ter sido entregue nesta Assembleia Municipal a quem a solicitou. -----

**Presidente da Assembleia Municipal** – Informa que em relação à função que desempenha nesta Assembleia Municipal, todos a conhecem, portanto, diz que se limitou a fazer aquilo que devia ter sido feito, ou seja, endereçar ao presidente da Câmara Municipal o requerimento que foi presente na última sessão. Perante a resposta do presidente da autarquia, limitou-se a enviar cópia do ofício aos interessados. -----

**Vogal Marco Gomes (PS)** – Solicita ao presidente da Assembleia Municipal que interviesse junto do presidente da Câmara Municipal a fim de este satisfazer o que foi solicitado pela bancada do PS, nomeadamente, o fornecimento de alguns documentos, tais como; o pedido nº2, relatório de avaliação dos protocolos estabelecidos com as diversas entidades, o documento 3, relatório sobre a execução do plano de prevenção e riscos de gestão, o documento 4, que solicita os orçamentos e faturas respeitantes aos outdoors e painéis colocados junto à A23 sobre a Astronomia do Tejo, as faturas da alteração no âmbito da 9.ª alteração da impressão de cartazes do Tejo Radical. Afirma que o documento foi apenas consultado, não tendo sido fornecido cópia do mesmo aos vereadores, relativamente aos documentos emitidos pela autarquia sobre os licenciamentos dos edifícios, nomeadamente da Escola Primária da Portela, o registo de viaturas, nomeadamente do registo de pagamentos da via verde foram efetivamente consultados e já tinham sido entregues alguns, mas nunca foram apresentados ou entregues documentos solicitados respeitante à viatura utilizada pelo Presidente da Câmara. -----

Termina, perguntando mais uma vez, pois já o fez em 2011, se houve ou não registo das faltas das vereadoras e perda de vencimento no dia 24.11.2011, altura em que houve greve geral. -----

**Vogal Rui Ferreira (CDU)** – Diz que a democracia tem destas coisas, até aos ignorantes dá o direito a expressarem-se, e como a CDU defende a democracia, logo, tem o dever de facultar essa possibilidade. Entende que aquilo que a bancada do PS pretende com as posições que toma e tem tomado é entupir os serviços da Câmara Municipal. Quando acusa a autarquia de ter aumentado a despesa com pessoal vêm depois exigir respostas, de tal forma, que seriam necessários três funcionários para as satisfazer. Aquilo que de facto pretendem é burocracia para achincalhar quem gere, veja-se os processos judiciais, as inspeções solicitadas à IGAL, ao Ministério Público à Inspeção Geral de Finanças. -----



Conclui a intervenção, dizendo que relativamente ao relatório de gestão, a bancada do PS faz referência aos saldos negativos ali mencionados, no entanto, aquilo que tem feito ao longo do mandato é apresentar propostas para se baixarem os impostos, não entendendo o que pretendem, por um lado, querem reduzir os impostos e por outro, querem ver saldos positivos no relatório de gestão, chamando a isto pura demagogia. -----

**Vogal Marco Gomes (PS)** – Informa que ignorantes são aqueles que vendem pregos. -----  
Fica triste por ver nesta Assembleia Municipal defender-se quem não cumpre a lei. -----

**Vogal Rui Ferreira (CDU)** – Solicita esclarecimento relativamente ao arranjo do largo da Cooperativa, rua da Cantina e largo do Bairro DUCANO em Montalvo, assim como, qual é o ponto da situação da rua das Hortas, entre Aldeia e Malpique e do Parque de Merendas em Constância, junto ao rio Zêzere. -----

**Presidente da Câmara Municipal** – Relativamente à estrada das Hortas, informa que está em execução. Quanto ao parque de Merendas está em fase de conclusão, estando previsto para o dia 10 de junho a sua entrada em serviço. Em Montalvo vai haver um desvio do trânsito daquela rua para se poder fazer uma intervenção na faixa em toda a sua extensão, a fim de se retirar a junta que lá existe ficando a rua com uma pavimentação uniforme. Está previsto começarem-se os trabalhos de pavimentação segunda-feira, primeiro no átrio do Centro Escolar de Constância, depois no largo da Cooperativa, seguindo-se a rua da Cantina e finalmente a conclusão dum trabalho no Bairro DUCANO. -----

**Eng.º Jorge Heitor** – Relativamente à estrada das Hortas, do ponto de vista financeiro, a obra tem uma faturação de cerca de 30%, representando a pavimentação mais de 50% do valor da obra, a qual se prevê estar concluída em maio ou junho. -----

Quanto ao largo da Cooperativa foram executadas a escavação, a base de suporte do betuminoso e os lancis do passeio que fazem a delimitação do estacionamento. -----

Em relação ao espaço Zêzere informa que se começou hoje a descarregar a estrutura metálica, prevendo-se que durante a semana que vem a montagem da estrutura metálica esteja concluída, seguindo-se os acabamentos interiores. -----

**Vogal Rogério Palácio (CDU)** – Solicita informação relativamente ao plano de pagamentos da dívida ao município de Constância, por parte do município da Barquinha, REFER e Estradas de Portugal, dívida respeitante às obras efetuadas na ponte metálica sobre o rio tejo. -----

**Presidente da Câmara Municipal** – Informa que a Câmara de Vila Nova da Barquinha apresentou um plano de pagamento, servindo o mesmo como um fundo disponível para o município de Constância. Foram pagos pelo município da Barquinha trinta e poucos mil euros em dezembro, tendo recentemente sido pagas pequenas quantias, na ordem dos seis, sete mil euros, ou seja, a existir algum atraso, é de poucos dias. Em relação à REFER, informa que a dívida é de 104.000,00 mil euros, tendo até à presente data a mesma liquidado 100.000,00 euros, faltando a pagamento de 4.000,00 euros. Com as Estradas de Portugal existe um problema relacionado com a inclusão do valor do projeto no orçamento, estando em vias de ser desbloqueada a situação, para que sejam liquidados os 165.000,00 euros em dívida. -----



Conclui, dizendo que aquilo que falta receber são à volta de cinquenta mil euros, talvez um pouco menos, da Câmara de Vila Nova da Barquinha, e 104.000,00 euros das Estradas de Portugal. -----

#### 4 – OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE -----

**Presidente da Junta freguesia de Montalvo Jorge Pereira (PS)** – Iniciou a sua intervenção perguntando qual é o ponto de situação do campo de futebol. -----

Depois faz um alerta relativamente ao gradeamento colocado no parque de estacionamento do largo da Cooperativa no lado norte, pois no seu entender a distancia entre tubos é muito grande correndo-se o risco de uma criança poder cair passando pelo intervalo dos referidos tubos. -----

Relativamente à compactação do terreno do parque de estacionamento atrás mencionado, pergunta se houve alguma dificuldade na conclusão do mesmo, principalmente do lado esquerdo, e se tiveram conhecimento do aparecimento de uma mina de água. -----

Seguidamente questiona a vereadora Manuela Arsénio, sobre a queda de uma árvore na rua Anes de Oliveira em cima dum portão de uma residência, se já recebeu algum e-mail dando conta do sucedido, acrescentando que as árvores estão muito altas e com grande volume, dificultando durante a noite a passagem da luz proveniente da iluminação pública. -----

Diz que em tempos abordou a vereadora Manuela sobre a possibilidade da Junta de Freguesia de Montalvo, estabelecer um protocolo com a Câmara Municipal à semelhança do que foi feito com a junta de freguesia de Santa Margarida de Coutada, quando teve necessidade de realizar obras no edifício da junta de freguesia. Pergunta, se pode voltar a enviar para a Câmara Municipal as faturas respeitante à despesa nas obras realizadas no edifício da Junta de Freguesia de Montalvo. -----

**Vogal Filipa Ferreira (PS)** – Como é que o Município de Constância tem acompanhado as atividades no Eco Parque do Relvão, nomeadamente na recente instalação da unidade de tratamento de resíduos hospitalares, tendo em conta que só houve uma reunião. -----

**Vogal Rui Ferreira (CDU)** – Informa que no último fim de semana, foi distribuído pela Associação Humanitária de Montalvo uma nota à população sobre o Lar ou o Centro de Dia, constando no texto algumas questões que gostava de ser esclarecido, começando por perguntar qual tem sido a ligação desta Associação à autarquia, quantas reuniões se realizaram, se existem projetos e candidaturas, se existe um plano de ação, plano de atividades, se tem havido uma partilha dos problemas da Associação e especialmente sobre a possível construção daquela infraestrutura. -----

Diz ainda que o comunicado faz referência ao recebimento pela Associação Humanitária de subsídios do Governo Civil, das Juntas de Freguesia do concelho e da Escola Prática de Engenharia – EPE, não constando a Câmara Municipal de Constância como subsidiária da obra, aparecendo somente referenciada na fase do projeto e na legalização do terreno. Face ao exposto, e sabendo que nos mandatos anteriores foram atribuídos subsídios à referida Associação, pergunta, se durante este mandato houve atribuição de algum subsídio. -----

Afirma ainda que no comunicado está mencionado o seguinte: .....” foi com surpresa e frustração que tiveram conhecimento da construção do lar em Santa Margarida”. Perante esta afirmação, e tendo em conta que nos órgãos sociais da Associação Humanitária consta uma vereadora do PS pergunta; se tem existido unanimidade no órgão executivo da autarquia quando se coloca à votação a atribuição de apoio à santa Casa da Misericórdia. -----



**Presidente da Câmara Municipal** – Quanto às questões colocadas pelo presidente da Junta de Freguesia de Montalvo, informa que relativamente às árvores, concorda que são de facto um sério obstáculo à passagem da luz artificial proveniente da iluminação pública. Diz que em determinada altura falou com o presidente da Junta, no sentido de se proceder à limpeza das mesmas, essa intervenção foi-se protelando, parecendo-lhe, que no estado em que as árvores se encontram a sua limpeza está fora de questão. -----

Em relação às grades de proteção instaladas no parque de estacionamento do largo da Cooperativa, informa que se pode fazer uma análise na tentativa de se melhorar, no entanto, face à disposição em que as mesmas se encontram, por muito altas que sejam, nada impede que uma criança as suba e caia. Quanto há dificuldade na compactação do terreno do parque de estacionamento, informa que não possui qualquer informação nesse sentido. -----

Quanto ao campo de futebol, informa que teve hoje uma reunião com um membro da casa do Povo de Montalvo, tendo previsto trazer hoje à esta Assembleia o orçamento para uma solução proposta, não havendo por parte da autarquia qualquer decisão, relativamente à opção a tomar. -----

Entende que o presidente da junta de freguesia de Montalvo tenha curiosidade em saber o que vai acontecer, o campo é municipal, existe um compromisso com a Casa do Povo de Montalvo e é com ela que a Câmara Municipal tratará das questões do campo de futebol, não podendo adiantar muito mais daquilo que informou, pois neste momento a autarquia aguarda pelo orçamento para a solução projetada. -----

Relativamente à Associação Humanitária de Montalvo, informa que desde início do processo o valor que a Câmara deu para a Associação já ultrapassa os 35.000,00 euros, independentemente da questão do terreno. No valor acima mencionado estão incluídos seis ou sete mil euros que autarquia pagou recentemente, relativo ao último projeto que a Associação fez para uma candidatura à Tagus. Em reunião de câmara a Vereadora Margarida Veríssimo perguntou se a autarquia estava disposta a apoiar a Associação Humanitária de Montalvo como apoia a Santa Casa da Misericórdia de Constância, tendo sido informada que a Câmara Municipal apoiará dentro do que for possível todos os projetos aprovados, tal como foi feito para a Santa Casa da Misericórdia de Constância. Ainda relativamente a esta Instituição, supõe que as decisões tomadas na Câmara Municipal, têm sido aprovadas por unanimidade, havendo ainda a registar que devido ao facto do atraso dos fundos comunitários, e a pedido do Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Constância, a autarquia decidiu avançar com o pagamento dos autos na sua totalidade, até perfazer os 300.000,00 euros, verba acordada como financiamento. -----

Quanto à Associação Humanitária de Montalvo, informa que participou, há uns meses atrás, numa reunião nas instalações da Associação, em que esteve o Diretor Regional da Segurança Social tendo este afirmado que não contassem com acordos da Segurança Social, dizendo ainda, que achava o projeto inviável. Depois de alguma insistência sobre a viabilidade do projeto, o responsável da Segurança Social, solicitou que fosse apresentado o projeto com os valores anunciados para depois fazerem uma avaliação. Diz que numa reunião da TAGUS onde esteve presente na qualidade de vice-presidente, foi colocado à votação o projeto da Associação Humanitária tendo sido aprovado, rondando o investimento do mesmo nos cento e trinta e tal mil euros, sendo o valor ilegível aprovado pela TAGUS, de setenta e tal mil euros, estando condicionado a disponibilidade da verba aprovada ao parecer favorável da Segurança Social. -----



**Vereadora Júlia Amorim** – Diz que tem algum receio em falar do historial da Associação Humanitária por ser tão longo e todos o conhecerem. Considera que a Associação Humanitária perdeu a oportunidade de se candidatar, por opção da direção de então, na mesma fase de candidaturas em que a Santa Casa da Misericórdia de Constância se candidatou ao lar. -----

Lembra que em termos da legalização do terreno, em julho de 2003 nesta mesma sala foi possível juntar todos os herdeiros daquele imóvel, para que pelo preço simbólico de 1 euro, a autarquia tivesse comprado à família o terreno com a área de 8.325m<sup>2</sup>, para de seguida se estabelecer um protocolo, entre a Câmara Municipal e a Associação, transferindo, para esta, a parcela de terreno para implementação do lar. Com este processo concluído diz, estavam reunidas as condições para levar a cabo uma pretensão legítima da Associação Humanitária, tendo a Câmara desde da primeira hora acompanhado esta iniciativa. Naturalmente que a viabilidade económica de um Centro de Dia e do apoio domiciliário com os valores dos acordos da segurança social não dá sustentabilidade. Recorda que em 2003 houve uma reunião nesta sala onde esteve presente o presidente da Câmara Municipal, os Quatro Cantos do Cisne, a Santa Casa da Misericórdia, a Associação Humanitária, e ela própria e também uma Comissão que queria construir o lar em Santa Margarida, a fim de se debater a questão da proliferação de equipamentos sociais que eram oferecidos, evitando a sobreposição de respostas sociais, e também alertar para o facto de a autarquia não ter capacidade financeira para financiar todos os projetos que surgissem. Informa que desde essa altura, essas questões foram definidas e a Câmara Municipal teve a ideia, desde que houvesse apoio e financiamentos para construção desses equipamentos sociais, tanto faz ser no que diz respeito a apoios no âmbito das creches, no âmbito dos lares da terceira idade, do apoio à família dentro daquelas faixas escolares, sempre foi o seu entendimento apoiar. Lembra-se que nessa reunião, a primeira que oficialmente teve conhecimento que o subsistema deixava, porque enviou por escrito, de estar constituído. Posteriormente crê que em 2003 ou 2004, fez-se uma reunião na segurança social, em que esteve o presidente da Câmara Municipal, o senhor João Ganhão, ela própria e o então provedor da Santa Casa, em que concretamente se interpelou a segurança social sobre o seguinte: *“Nós temos estas necessidades, fizemos este diagnóstico no concelho, quais são as vossas respostas para o nosso problema”*. Face ao que se passou na reunião, viemos de alguma forma satisfeitos com o compromisso de que efetivamente já existia um terreno em Montalvo, e portanto havia a necessidade de se criar lá uma resposta social para idosos, com Centro de Dia e apoio domiciliário. Na altura o então presidente da autarquia avançou com a ideia, que numa primeira fase a resposta social fosse Centro de Dia e Apoio domiciliário, devendo-se sempre pensar na questão do lar, até porque, a sustentabilidade económica vem da valência de lar e da valência de ATL. Portanto o grupo saiu da reunião com a ideia, e também o Eng.º António Campos tinha essa visão, assim como a Segurança Social, de que no corredor Chamusca- Tramagal não existia lar, havendo somente o centro de dia da Carregueira, fazendo todo o sentido a construção do lar em Santa Margarida. Surgia o problema da falta de terreno e logo ali a Câmara Municipal se disponibilizou, quer para creche, quer para lar em Santa Margarida, não havendo terrenos, a Câmara teria que se organizar de modo a poder ceder terreno para o efeito, e ajudar a pagar os projetos e o financiamento na ordem dos 20% em termos de obra, sendo que para isso não havendo capitais próprios quer da Câmara quer das respetivas Associações teriam sempre de resultar de candidaturas ou ainda, na altura falava-se nas questões do PIDAC, que muitas vezes eram propostas por alguns partidos da Assembleia da



República, recordando que muitas vezes, quer o lar em Santa Margarida, quer mesmo o lar da Associação Humanitária foram propostos para entrarem verbas do PIDAC para o nosso distrito e não foram aprovados. Na continuação do processo o GAT de Abrantes fez um projeto de centro de dia e ATL com apoio domiciliário de acordo com os normativos da segurança social. O apoio que a Câmara Municipal deu à Associação Humanitária de Montalvo foi exactamente um projecto de arquitectura, o estudo de sustentabilidade económica e viabilidade financeira daquele equipamento social, e também o pagamento ao GAT de Abrantes das sucessivas alterações à legislação que foram saindo. A Associação Humanitária candidatou-se ao programa PARES por duas vezes, tendo o equipamento, de acordo com os seus normativos, obrigado a fazerem-se algumas alterações, sendo também neste caso a autarquia a providenciar essas alterações junto do GAT de Abrantes, acrescentando que o Conselho Local de Ação Social sempre votou por unanimidade essas candidaturas. No âmbito do programa PARES, não havia financiamento para o efeito. Ainda em 2009, para além do grande trabalho técnico executado pelos técnicos da autarquia, ainda foi feito pelos mesmos, o acompanhamento burocrático do processo, devido ao facto da Associação Humanitária, ter grande dificuldade em realizar esse trabalho por não possuir uma retaguarda técnica capaz de o fazer. Afirma ainda que devido às funções que desempenhava na autarquia, acompanhou sempre o presidente da Câmara Municipal em muitas reuniões, sendo também responsável em 2009 pela aprovação de um financiamento de 20.000,00 euros para o reequilíbrio financeiro da Associação Humanitária. -----

**Vereadora Manuela Arsénio** – Informa, que em relação aos ramos das árvores que estão a causar problemas tanto aos proprietários das viaturas, como na iluminação pública em Montalvo, vão ser retirados. Desconhece a quem foi remetido o recado, afirmando que a ela não lhe chegou qualquer informação, no entanto, informa que o assunto está encaminhado. -----

Relativamente ao Eco - Parque do Relvão, diz que a autarquia soube dos desenvolvimentos do processo da construção da unidade que vai dar resposta aos resíduos hospitalares, através da comunicação social, assim como, também soube da sua inauguração através dum visitante que estranhou a Câmara Municipal de Constância não estar presente. -----

Termina informando que a autarquia está a desenvolver contactos com a constituída comissão de acompanhamento para obter os dados que for possível ter acesso. -----

**Vogal Virgílio André** – Leu um documento alusivo ao 25 de Abril que seguir se transcreve: *“Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Constância, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Constância, Senhores secretários, senhores vereadores, senhores vogais, celebramos há poucos dias mais um aniversário de uma das datas mais marcante do século passado, o 25 de abril de 1974, neste dia glorioso da nossa história recente um penhado de homens de valor levou a efeito uma das mais importantes alterações da vida política do nosso país acabando com uma ditadura feroz e cruel que dominava o país à quase meio século, com esta conquista ganhamos a democracia que há tanto tempo seguíamos e com ela a liberdade de expressão e o direito de participarmos nas decisões importantes do destino da nossa sociedade. Passados que são 39 anos desta data histórica, o país enfrenta uma das suas piores situações de sempre desde do 25 de Abril de 1974, tanto no aspeto político, como financeiro e social, os nossos governantes desde à muito tempo que têm pautado as suas decisões políticas em meros interesses pessoais partidários ou empresariais e com isso tem*



levado o país e o povo a um sufoco financeiro nunca antes visto. Fruto de políticas dos nossos governantes quer por decisões suas, quer por decisões externas têm acabado com grande parte das atividades em que o nosso país tem excelentes condições, em especial a agricultura e a pesca. Receber incentivos para acabar com a agricultura e abater barcos de pesca foi uma das medidas mais insensatas e prejudiciais que foram levadas a efeito nos tempos pós 25 de abril, passamos a depender do exterior de grande parte do que gastamos em bens alimentares e com isso o despender de avultadas verbas com importação desses mesmos produtos esta decisão que socialmente foi desastrosa em virtude de ter lançado no desemprego milhares de trabalhadores, grande parte deles com mais de 50 anos o que por si só leva a que se encontrassem muitas dificuldades e novas colocações. Se ao que atrás foi referido juntarmos as verbas avultadas em importações para o setor alimentar só poderemos concluir esta medida imposta pela comunidade europeia e com o consentimento dos vários governos foi altamente penalizador para o nosso país em benefício de alguns países da própria comunidade europeia. Não podemos esquecer que os agentes políticos envolvidos na situação atrás referida, passados alguns anos nunca abandonaram a vida política e continuam hoje nos mais altos cargos da nação. Assim grande parte dos nossos governantes, desde do 25 de abril até hoje têm como base de atuação perante um qualquer problema resolver hoje que amanhã logo se vê. Decisões tomadas em cima do joelho, levaram a que a maior parte do nosso tecido empresarial em especial as pequenas e médias empresas fossem a pouco a pouco desaparecendo devido a falências ou não serem capazes de suportar os encargos monstruosos tanto bancários como sociais e por isso obrigados a fechar portas. Como bem se sabe a riqueza de um país está especialmente no aparelho reprodutivo assente nas pequenas e médias empresas, das quais os nossos principais políticos nunca gostaram. Se estivermos atentos a esta realidade temos que perguntar porque é que nas 20 principais empresas de referencia da bolsa de lisboa não está nenhuma ligada ao setor primário e a maioria são do setor terciário, consideramos que o nosso país é predominantemente agrícola estranhamos grande parte das empresas atrás referidas sejam do setor da distribuição e especialmente produtos importados com todas as desvantagens daí advindas para a nossa economia, grande parte das decisões políticas executadas pelos nossos governantes a mando de Bruxelas foram e são altamente penalizadoras tanto para as pequenas e médias empresas para as classes menos favorecidas e sempre em benefício do grande capital. Não é preciso ser um génio em finanças para se perceber que o aumento de impostos apenas leva à contração da economia e ao engrandecimento da economia paralela. Através destas políticas desastrosas a população trabalhadora e a que efetivamente paga impostos tem perdido poder de compra e em muitos casos deixado de honrar os seus compromissos. Compromissos esses assumidos em tempos de alguma ilusão financeira, ilusão esta criada tanto por políticos como por banqueiros com a concordância da comunidade europeia, sabemos todos que temos de honrar compromissos tanto a nível pessoal como os do próprio estado, mas assim como somos penalizados por não honrar os compromissos pessoais os nossos governantes têm que ser altamente penalizados com as decisões tomadas em nosso nome e com as quais apenas beneficiaram o grande capital e eles próprios, uma vez que a justiça só em casos raros e de menor importância têm chamado a prestar contas perante a regularidades cometidas e mesmo assim são casos que se arrastam pelos tribunais grande parte deles à sua prescrição somos todos nós com o poder do 25 de Abril nos deu, através do voto que temos o dever de agir no sentido de repormos a regularidade e legalidade conforme a delegação de poderes que



*fizemos através do voto. Assim para que possamos continuar a comemorar o 25 de abril de 1974 precisamos de chamar à política nacional homens e mulheres de caráter sérios e que não estejam presos aos poderes instalados, para que se dê um novo rumo político e social ao país, estamos fartos de políticas erradas, de políticos comentadores e de políticos que apenas defendem os seus interesses e os interesses do grande capital, nas lutas políticas que se avizinham temos todos de ser capazes de inverter a situação política de Portugal para que possamos continuar a festejar Abril. Viva o 25 de Abril. Viva Portugal.”-----*

**Vogal Marco Gomes (PS)** – Informa que tem duas questões a colocar. A primeira relaciona-se com um requerimento apresentado pela sua bancada, solicitando quais as conclusões que a autarquia retirou das reuniões que realizou com as Associações e Coletividades do concelho entre 2010 e 2012, e atendendo ao facto da vereadora Júlia Amorim, ter afirmado, que tinha no seu gabinete os relatórios da reuniões, apela para que os mesmos sejam distribuídos aos vereadores do PS. -----  
A segunda questão que coloca relaciona-se com a posse administrativa do Centro Náutico de Constância pela Sociedade Parque Almourol. Pergunta qual é o ponto da situação. -----

**Presidente da Câmara Municipal** – Informa que vai ter uma reunião com o advogado da autarquia na próxima sexta-feira no sentido de abordarem qual o passo seguinte a ser tomado, destacando que neste processo existe sintonia entre as duas Câmaras Municipais, Constância e Vila Nova da Barquinha, pelo facto de ambas se confrontarem com idêntico problema que ainda não está resolvido. -----

**Vogal Marco Gomes (PS)** – Pergunta como vai o município utilizar aquelas instalações por forma a rentabilizá-las, sabendo que as mesmas vão ter custos na sua manutenção que irão recair no orçamento da autarquia. -----

**Presidente da Câmara Municipal** – Informa que a Câmara Municipal de Constância ainda não tem o problema resolvido, e por isso ainda não pode avançar com as propostas que tem projetadas para aquele espaço, garantindo que logo que o problema esteja resolvido o saberá. -----

**Vogal Carlos Alves (PS)** – Informa que vai fazer a sua intervenção em quatro aspetos, dois aspetos têm a ver com razões processuais e os outros dois com algumas obras que ainda não estão feitas no concelho de Constância e sobre a intervenção do Vogal Virgílio André, sobre o 25 de abril. -----  
Em relação às questões processuais e como fez há pouco uma interpelação à mesa, pelo facto da intervenção da vereadora Júlia Amorim ser muito extensiva, ocupando tempo em demasia, acha que o presidente da Mesa da Assembleia Municipal devia criar equilíbrios nas intervenções para que os trabalhos não sejam condicionados, por falta de tempo. A outra questão processual tem a ver com a defesa da honra da bancada do PS, porque o vogal Rui Ferreira entrou um pouco avessado em aviltar a bancada do PS, e portanto, aquilo que pede ao vogal Rui Ferreira era que fosse um pouco comedido e mais correto na maneira como se dirige à bancada do PS. Obviamente que respeita, também as tem, e todos têm o direito a ter as suas idiossincrasias, mas no entanto, a sua constante ufanía, na sua perspetiva, não lhe fica bem. -----



Relativamente à intervenção do vogal Virgílio André gostaria de fazer aqui uma proposta, um desafio para quem estiver cá para o ano, que faça uma cerimónia no dia 25 de Abril nesta sala de sessões, revendo-se em muitas coisas que o vogal Virgílio André disse. -----

Quanto às obras, questiona o executivo da Câmara Municipal de Constância, sobre o que pensa fazer do açude galgável em Constância, do arranjo do largo do mercado, da requalificação do museu dos rios e das artes marítimas, da requalificação do cine - teatro municipal, dos Eco - pontos subterrâneos por todo o concelho, do açude em Malpique, da requalificação do lugar da Pereira, da requalificação do posto médico de Montalvo, da construção de habitação social, da criação de um polo museológico, nomeadamente um museu da vida rural e agrícola em Montalvo, da construção de um campo de futebol em Montalvo, da criação de um comité da juventude e da construção da 4.ª fase da zona industrial. Conclui, perguntando se o executivo camarário ainda vai a tempo de concretizar os projetos que foram prometidos em 2009 aos cidadãos deste concelho. -----

**Presidente da Junta de Freguesia de Montalvo** – Diz que na sua última intervenção nesta sessão questionou a vereadora Manuela Arsénio sobre o protocolo que lhe enviou relativo às obras que se realizaram no edifício da Junta de Freguesia de Montalvo, não tendo obtido qualquer resposta. Afirma que gostava de saber o que é necessário fazer para que a Junta de Freguesia de Montalvo tenha igual tratamento que a Junta de Freguesia de Santa Margarida teve por parte da Câmara Municipal de Constância, no financiamento concedido para as obras que a última realizou no edifício sede. Conclui a sua intervenção, afirmando que a Junta de Freguesia de Montalvo gostaria de ser informada sobre as obras executadas no seu território, incluindo todo o processo do campo de futebol, porque aquilo que a Junta de Freguesia pretende é ajudar e não atrapalhar. -----

**Vogal Rui Ferreira (CDU)** – Quanto anteriormente foi questionado nesta Assembleia Municipal a existência de dificuldades na pavimentação do parque de estacionamento da Cooperativa, tem conhecimento que de facto passava próximo do local uma conduta de água proveniente duma mina situada junto à habitação do presidente da Junta de Freguesia de Montalvo. Considera que a solução do problema passará por conduzir a água vinda da mina para a rede de águas pluviais, pois está convencido que quando se fez as obras no adro da igreja o cano que escoava a água da mina foi interrompido. -----

Face ao conteúdo do comunicado da Associação Humanitária de Montalvo ao dizer que *“deliberou igualmente enviar cópias destas notas aos seguintes órgãos, Presidente da Câmara Municipal de Constância com pedido expresso e de harmonia com a lei vigente que se digne ordenar e autorizar a publicação desta nota no próximo boletim informativo da autarquia.”*, Pergunta qual é a opinião da Câmara Municipal sobre este pedido expresso pela Associação Humanitária. -----

**Presidente da Câmara Municipal** – Informa que não conhece a “lei vigente” referida no documento, e que o boletim informativo da autarquia não serve para publicar a nota referida na intervenção anterior. Quanto ao próximo boletim informativo, esclarece que já está completo, não havendo espaço para publicar qualquer notícia, aproveitando ao mesmo tempo para informar, que até à data não recebeu qualquer carta sobre o assunto a discussão. -----

Relativamente ao buraco que surgiu na rua e da ligação da água da mina à conduta de águas pluviais, é um assunto que está a ser analisado pelos técnicos da autarquia. -----



Quanto ao conjunto de projetos enumerados pelo vogal da bancada do PS, informa que uns serão concluídos outros não. -----

Relativamente ao protocolo com a Junta de Freguesia de Montalvo, não vê a forma de o estabelecer, não significando que esta dúvida seja um não. -----

Relativamente ao campo de futebol, aquilo que disse foi que o campo de futebol é da Câmara Municipal de Constância, apenas por razões legais que o presidente da Junta conhece. O campo de futebol está a ser utilizado pela Casa do Povo, as decisões a tomar são com a Casa do Povo de Montalvo, não colocando de parte que o presidente da Junta de Freguesia não seja informado, existindo no entanto questões que levantou sem qualquer razão, considerando que todas as obras de alguma dimensão realizadas na freguesia têm sido objeto de troca de impressões com o presidente da Junta. O Museu Agrícola de Montalvo é uma obra que é valorizada ou desvalorizada, sendo que a opção escolhida dependente do objetivo que algumas pessoas pretendem atingir. Apesar de tudo, o Museu foi objeto duma candidatura por parte da Câmara Municipal, tendo sido chumbada porque o valor apresentado ter sido considerado muito elevado, sendo que dois milhões de euros para concluir a obra são insuficientes. Perante o chumbo da candidatura, aquilo que a autarquia tem estado a realizar são obras faseadas ao nível da recuperação das coberturas. -----

Considera que o campo de futebol e o centro escolar são reivindicações, não só do presidente da Junta de Freguesia de Montalvo, mas também sua e de todos os Montalvenses, mas no seu entender Montalvo também precisa de um polo de atração para quem visita a freguesia, e isso é visível no investimento que a autarquia está a fazer no museu, tendo esperança que surjam novas candidaturas ao financiamento comunitário para que se conclua a obra. -----

**Vogal Mário Pereira (PS)** – Pergunta se a estação de tratamento de esgotos de Montalvo está a trabalhar em pleno, ou se está parada. -----

**Vogal Marco Gomes (PS)** – Informa que o regimento da Assembleia Municipal, aprovado por unanimidade, no seu artigo 33.º n.º2 diz; *“que se considera faltoso o membro da Assembleia que compareça passados 30 minutos sobre o início dos trabalhos, ou do mesmo modo se ausente definitivamente antes do termo da reunião”*. O vogal Hugo Sebastião do PSD, numa sessão ocorrida há algum tempo, foi avisado pelo presidente da Mesa da Assembleia Municipal que naquela sessão tinha falta por chegar para lá dos 30 minutos concedidos por lei, podendo assistir à reunião se assim o entendesse, perdendo no entanto o direito à senha de presença. Não sabe se por coincidência ou não, o vogal a partir daquela reunião deixou de vir às sessões, não sabendo inclusive se tem ou não justificado as faltas. Considera que o tratamento dado ao vogal Hugo Sebastião do PSD, não tem sido aplicado ao vogal Virgílio André, nas vezes em que abandonou a sessão por discordar do prolongamento da mesma por mais meia hora, verificando haver uma dualidade de critérios do presidente da Mesa da Assembleia Municipal que não concorda. -----

**Presidente da Assembleia Municipal** – Perguntou ao vogal Marco Gomes se alguma vez procurou saber quando é que em termos legais termina uma sessão da Assembleia Municipal, ou por acaso alguma vez pensou na questão dos trinta minutos, qual é a figura jurídica ou legal que a sustenta? ----

**Vereador Rui Pires (PS)** – Diz que o vogal Rui Ferreira anteriormente teceu considerações sobre os vereadores do PS, nomeadamente em relação a posições que a vereadora Margarida Veríssimo



poderia ter tomado, entende que não estando presente a vereadora é sua obrigação, ou defender a honra da vereadora, ou então dar explicações, porque de certa forma foi um pedido, não do plenário, mas de um elemento, achando que lhe cabe dar esses esclarecimentos ou dar algumas explicações sobre isso. -----

**Presidente da Assembleia Municipal** – Pensa, que face à posição assumida pelo presidente da autarquia, ao afirmar que as participações transferidas para a Santa Casa da Misericórdia de Constância, tinham sido aprovadas por unanimidade, não vendo a honra de qualquer vereador/a posta em causa. -----

**Vogal Marco Gomes (PS)** – Diz que o presidente da Assembleia Municipal, em relação à questão levantada pelo vereador Rui Pires, opinou em função daquilo que acha ser o correto e não aquilo que a lei determina. Afirma que houve, se bem entendeu, uma tentativa de acusação por parte do vogal Rui Ferreira à vereadora Margarida Veríssimo, por esta ter tomado partido pela Associação Humanitária de Montalvo à qual pertence. Face à tentativa de acusação, o vereador Rui Pires do PS, solicitou autorização para fazer a defesa da honra da vereadora Margarida Veríssimo, uma vez que esta não se encontrava presente, o vereador Rui Pires do PS solicitou autorização para fazer a defesa da sua honra, tendo o presidente da Assembleia Municipal tomado a posição que tomou, não deixando o vereador fazer a defesa da honra da vereadora Margarida Veríssimo, sendo no seu entender negativo para a democracia. -----

**Presidente da Assembleia Municipal** – Considera que existe muita coisa negativa para a democracia, como a falta de respeito que devemos ter uns aos outros. Aquilo que na sua anterior intervenção se limitou a constatar, foi que o vogal Rui Ferreira abordou a questão da votação das verbas transferidas para a Santa Casa da Misericórdia, tendo sido aqui informado que as mesmas tem sido aprovadas por unanimidade. -----

**Vereador Rui Pires (PS)** – Diz que relativamente à intervenção do vogal Rui Ferreira aquilo que ouviu deste foi perguntar ao presidente da Câmara Municipal o seguinte; com base numa informação de uma Associação e sabendo que essa Associação tem uma associada ou um elemento ligada no executivo, portanto foi esta ligação que o vogal fez, tendo estabelecido uma ligação entre um comunicado da Associação e as posições que a vereadora Margarida Veríssimo podia ter tomado no executivo, uma vez que faz parte dessa Associação. Acha que a posição do vogal Rui Ferreira é muito complicada, revelando que de facto continua a haver pessoas que não conseguem fazer a separação das coisas. Informa que a Vereadora Margarida Veríssimo ausenta-se das reuniões de Câmara quando há assuntos relacionados com essa Associação. Quanto à outra pergunta que o vogal Rui Ferreira fez e relativo às posições que a vereadora Margarida Veríssimo tem tomado em relação aos apoios que são dados à Santa Casa da Misericórdia, visa colocar em causa a posição da vereadora e a posição da Associação, e em função daquilo que ouviu nesta sala, porque não conhece o comunicado, o mesmo critica as posições do executivo em relação a determinada situação, querendo saber como é que um elemento dessa Associação, uma vez que é vereadora, faz em relação à atribuição de subsídios para a Santa Casa da Misericórdia. Aquilo que pode informar é que não se trata da vereadora, mas a cidadã Margarida Veríssimo também faz parte, tal como o senhor da Santa Casa da Misericórdia concluindo, que esse tipo de ligações que o vogal Rui Ferreira está a tentar fazer



não devem ser trazidas para aqui, porque elas de facto não existem não têm sentido, só quando as pessoas as inventam. -----

Eng.º Jorge Heitor – Informa que em 2012 a autarquia substituiu uma peça na ETAR que tem como função reter os sólidos, e por aquilo que tem conhecimento a estação está a trabalhar em pleno. ----

Vogal Rui Ferreira (CDU) – Complementou a informação do Eng.º Jorge Heitor, dizendo que se houver pouco caudal o tempo para se atingir a pressão ideal para movimentar o moinho que está instalado na ETAR é maior, podendo por casualidade, no momento em que o vogal Mário Pereira passa no local, essa situação estar a acontecer. -----

#### APROVAÇÃO EM MINUTA -----

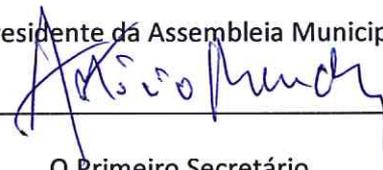
Nos termos do número três do artigo nonagésimo segundo da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada e republicada pela Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, a Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a presente Ata em minuta, para que as deliberações nela constante possam produzir efeitos imediatos. -----

#### ENCERRAMENTO -----

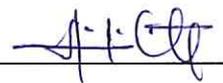
E não havendo mais nada a tratar o Presidente da Assembleia declarou encerrada a Sessão pelas vinte e três horas. A presente Ata foi redigida, na sua versão inicial, pelos Secretários da Assembleia Municipal. -----

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente Ata a qual irá ser assinada pela Mesa da Assembleia Municipal. -----

O Presidente da Assembleia Municipal,



O Primeiro Secretário,



O Segundo Secretário,

